



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas, A Administração da SE Narandiba S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2013. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.089	2.669
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	594	527
Títulos e valores mobiliários	5	339	203
Impostos e contribuições a recuperar	6	4.940	4.883
Despesas pagas antecipadamente		88	109
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	5.361	4.485
Outros ativos circulantes	8	2.061	25
TOTAL DO CIRCULANTE		21.472	12.901
NÃO CIRCULANTE			
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	61.994	48.197
Intangível		1	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		61.995	48.197
TOTAL DO ATIVO		83.467	61.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Em milhares de reais	
	31/12/12	31/12/11
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	4.061	251
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	1	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1.680	1.656
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	-	(15)
	5.742	1.892
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(67)	(527)
IR e CSLL a Recuperar	(58)	(49)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(47)	(1.383)
Despesas pagas antecipadamente	21	(109)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	(1.831)	-
Outros ativos	(2.036)	(1)
	(4.018)	(2.069)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	470	36
Encargos de dívidas e swap pagos	(2.023)	-
Taxas regulamentares	29	12
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(73)	21
Partes relacionadas	-	5.691
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(139)	(50)
Outros passivos	7	-
	(1.729)	5.710
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(5)	5.533
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	(12.842)	(10.201)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(3.803)	(203)
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.713	(26.420)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(12.932)	(36.824)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento/Redução de Capital	20.397	-
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	5.832
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(2.024)	24.517
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(16)	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	18.357	30.349
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.420	(942)
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.669	3.611
Caixa e equivalentes no final do exercício	8.089	2.669
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	5.420	(942)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reserva			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.000	-	-	(83)	47	15.964
Lucro líquido do exercício	-	-	-	154	-	154
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(47)	(47)
Destinações:						
Reserva Legal	-	8	(8)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(16)	-	-	(16)
Dividendos propostos	-	-	(47)	-	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	16.000	8	-	47	47	16.055
Aumento de Capital	26.090	-	-	-	-	26.090
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.837	-	3.837
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(47)	(47)
Destinações:						
Reserva Legal	-	192	(192)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	(3.645)	-	2.734	(911)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	42.090	200	-	2.734	2.734	45.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	Notas	31/12/12	31/12/11
RECEITA LÍQUIDA	14	19.540	2.000
CUSTOS DOS SERVIÇOS	15	(13.118)	(738)
LUCRO BRUTO		6.422	1.262
Despesas gerais e administrativas	15	(326)	(62)
LUCRO OPERACIONAL		6.096	1.200
Receitas financeiras	16	261	124
Despesas financeiras	17	(2.296)	(1.073)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.061	251
Imposto de renda e contribuição social		(224)	(96)
Corrente		(224)	(96)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.837	155
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (EM REAIS)			
Ordinária		0,09	0,00

A companhia não possui outros resultados abrangentes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A SE NARANDIBA S.A. ("SE NARANDIBA") é uma sociedade de propósito específica (SPE) e foi constituída em 18 de agosto de 2008 e foi criada com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador por meio de uma subestação de energia com concessão obtida em leilão de transmissão realizado em três de outubro de 2008. A subestação entrou em operação comercial em junho de 2011.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 30 de janeiro de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. São apurados com base no lucro presumido mediante aplicação das alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda de 9% para a contribuição social incidente sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo intangível (concessão) e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos do fornecimento de energia elétrica, ao contrato de prestação de serviços, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e ao aluguel de instalações. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Empréstimos, financiamentos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.11 - Taxas Regulamentares

a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.12 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICP 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.13. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.14. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.15 - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.16 - Novos Pronunciamentos Contábeis

2.16.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.16.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar



➔ Continuação

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ele designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda com vida útil, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Receíveis	(1)	54.443	52.142
Indenização	(2)	12.912	540
Total		67.355	52.682
Circulante		5.361	4.485
Não circulante		61.994	48.197

(1) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).

(2) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A formação dos saldos é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Saldos em 31 de dezembro de 2011		52.682
Adições	12.842	
Amortização/reversão	(4.549)	
Atualização monetária / valor justo	6.380	
Saldos em 31 de dezembro de 2012		67.355

8 OUTROS CRÉDITOS

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados	27	25
Adiantamentos a fornecedores	2.034	-
Total	2.061	25
Circulante	2.061	25

9 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Fornecedores	514	44
Materiais e serviços	514	44
Total	514	44
Circulante	514	44

10 Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Encargos		Principal		Total	
	Taxa efetiva	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional						
Banco do Brasil	13,55% a.a./13,76% a.a.	63	-	4.859	31.988	39.230
Total		63	-	4.859	31.988	39.230

O vencimento das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12	31/12/11
Total líquido	-	4.859
2013	-	4.859
2014	4.859	4.859
2015	4.859	4.859
2016	4.859	4.859
2017	4.859	4.859
Após 2017	12.552	12.552
Total obrigações	31.988	36.847
Total	31.988	36.847

Mutações de empréstimos e financiamentos

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.383	36.847	39.230
Encargos	1.727	-	1.727
Transferências	4.859	(4.859)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(4.047)	-	(4.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.922	31.988	36.910

11 Taxas Regulamentares

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão - RGR		12	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		3	3
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		-	1
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	26	8
Ministério de Minas e Energia - MME		2	-
Total		41	12
Circulante		40	12
Não circulante		1	-

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

12 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A formação dos saldos é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Saldos em 31 de dezembro de 2011		16
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados		959
Pagos no período		(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		959

13 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 42.090. A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações		%
	Única	Ações Ordinárias	
Neoenergia	42.090	100,00	100,00
Total	42.090	100,00	

Acionistas	R\$ Mil		%
	Única	Ações Ordinárias	
Neoenergia	42.090	100,00	100,00
Total	42.090	100,00	

14 Receita Líquida

	Ref.	31/12/2012	31/12/2011
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(a)	628	2.099
Receita de concessão		6.380	-
Receita de construção da infraestrutura da concessão		12.842	-
Total receita bruta		19.850	2.099
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(310)	(99)
Total receita operacional líquida		19.540	2.000

(a) Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição

	31/12/12	31/12/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	628	2.099
Total	628	2.099

(b) Deduções da receita bruta

	31/12/12	31/12/11
Impostos:		
PIS	(36)	(15)
COFINS	(154)	(64)
Encargos Setoriais:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(71)	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(49)	(20)
Total	(310)	(99)

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/12			31/12/11
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	
Material	(1)	-	(1)	-
Serviços de terceiros	(138)	(323)	(461)	(142)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1)	-	(1)	-
Encargos de uso de rede	(1)	-	(1)	(7)
Depreciação e amortização	(1)	-	(1)	(614)
Tributos	(10)	(1)	(11)	(3)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(12.842)	-	(12.842)	-
Outros	(124)	(2)	(126)	(34)
Total custos/despesas	(13.118)	(326)	(13.444)	(800)

16 Receita Financeira

	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	261	122
Outras receitas financeiras	-	2
Total	261	124

17 Despesa Financeira

	31/12/12	31/12/11
Despesa financeira	(2.268)	(1.066)
Encargos de dívida	(2.268)	(1.066)
Outras despesas financeiras	(28)	(7)
Total	(2.296)	(1.073)

18 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	Uso da Rede	381	-	3.230	357	-	1.320
		381	-	3.230	357	-	1.320
CELPE	Uso da Rede	3	-	26	2	-	10
	Debêntures - Aplicação/Emissão	28	-	-	-	-	-
		31	-	26	2	-	10
COSEERN	Uso da Rede	1	-	11	1	-	4
	Debêntures - Aplicação/Emissão	4	-	-	-	-	-
		5	-	11	1	-	4
TERMOPIRAMBUICO	Uso da Rede	1	-	6	1	-	3
		1	-	6	1	-	3
ITAPEBI	Uso da Rede	1	-	10	-	-	-
	Debêntures - Aplicação/Emissão	45	-	-	-	-	-
		46	-	10	-	-	-
BAGUARI I	Uso da Rede	-	-	1	-	-	-
		-	-	1	-	-	-
ÁGUAS DA PEDRA	Uso da Rede	-	-	4	-	-	2
		-	-	4	-	-	2
Neoenergia S.A.	Dividendos	-	47	-	-	16	-
	Contrato de Mútuo	-	-	-	-	5.693	-
		-	47	-	-	5.709	-

19 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas em mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata;
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 - Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o Banco do Brasil - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Ativos/Passivos			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	8.089	8.089	2.669	2.669
Títulos e valores mobiliários	339	339	203	203
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	594	594	527	527
Passivo				
Fornecedores	(514)	(514)	(44)	(44)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(36.910)	(36.910)	(39.230)	(39.230)

CPC 40 Níveis de Hierarquia do Valor Justo

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de risco

- Riscos financeiros

- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	187	140	93

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.